

The background of the entire page features a blurred photograph of several people walking in a modern, brightly lit space, possibly a shopping mall or office lobby. Overlaid on this image is a complex network of white, semi-transparent geometric lines that create a sense of movement and structure. These lines intersect at various angles, forming a web-like pattern that frames the central text area.

Demonstrações Financeiras 2014

Exercício findo em
31 de dezembro de 2014

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**

 **Banco Caixa Geral**
BRASIL

 ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	16

Aspectos mais Relevantes de 2014

Relativamente à atividade individual do Banco, excluído os efeitos da sua participada CGD Investimentos:

- A carteira de crédito, incluindo garantias e títulos de crédito privado, apresentou um crescimento de 20% quando comparada com 31 de Dezembro de 2013. Excluindo garantias, a carteira de crédito cresceu 39% durante o ano de 2014. O Banco continua a não apresentar qualquer perda em sua Carteira de Crédito.
- A captação de recursos de terceiros encerrou o exercício de 2014 com R\$ 1,06 bilhão, um crescimento de 35% quando comparado com 31 de Dezembro de 2013. O indicador de empréstimos de clientes por recursos de clientes observou uma melhoria, de 108% em Dezembro de 2013 para 104% em Dezembro de 2014.
- As receitas da sua atividade bancária apresentaram uma evolução bastante positiva, especificamente no 2º semestre de 2014. Quando comparadas com o período homólogo de 2013 as receitas apresentaram um crescimento de 67%. A evolução foi positiva tanto nas receitas de Corporate & Investment Banking quanto nas receitas de Tesouraria.
- Os custos recorrentes (excluindo remuneração variável e custos de reestruturação) da atividade bancária apresentaram um crescimento de 4,8%, abaixo da inflação de 6,4% em 2014. O indicador "Cost-to-Income" (custos recorrentes) foi de 53% em 2014 versus 85% em 2013.
- O resultado operacional recorrente foi de R\$ 41,7 milhões em 2014 versus R\$ 8 milhões em 2013.
- Por questões prudenciais foi decidido realizar uma provisão de crédito para fazer face aos possíveis impactos que possam ocorrer face ao cenário económico atual e especificamente a empresas envolvidas na chamada operação "lava jato". O total de provisões para crédito foi de R\$ 11,7 milhões versus R\$ 0,6 milhões em 2013.
- O resultado líquido da atividade bancária no Exercício foi positivo em R\$ 7,4 milhões (R\$ 9,5 milhões ajustado por custos de reestruturação). Este valor representa uma melhoria de R\$ 5,3 milhões quando comparado com o período homólogo de 2013 (ou R\$ 7,4 milhões quando ajustado pelos custos de reestruturação).

No que respeita à atividade da CGD Investimentos (detida a 50% pelo BCG-Brasil):

- Em Julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de *HomeBroker* com a Rico. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. No segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de corretagem institucional no Brasil.
- A CGD Investimentos obteve um resultado negativo de R\$ 24,3 milhões no exercício de 2014. Estes resultados incluem provisões para custos relacionados com o encerramento da atividade de corretagem institucional que ainda terão lugar em 2015.
- O BCG-Brasil decidiu também amortizar integralmente o ágio que ainda tinha no seu Balanço quando da aquisição da CGD Investimentos (impacto de R\$ 36,2 milhões nos resultados consolidados). O reconhecimento por equivalência patrimonial de 50% dos resultados mais a amortização e baixa do ágio relativo à sua aquisição implicaram uma contribuição negativa para os resultados consolidados do Banco de R\$ 48,4 milhões.
- A reestruturação da CGD Investimentos permitirá que a atividade de corretagem passe a ter uma contribuição positiva para os resultados do Banco em 2015. O valor da CGD Investimentos no Balanço consolidado do BCG-Brasil era de R\$ 7 milhões no final de 2014.

Em termos Consolidados:

- O resultado do Banco foi negativo em R\$ 41,0 milhões em 2014 (R\$ 4,8 milhões se excluirmos a amortização integral do ágio) versus um resultado negativo de R\$ 29,1 milhões em 2013.
- O Patrimônio Líquido era de R\$ 354 milhões no final de 2014 versus R\$ 398 milhões no final de 2013. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil é de 19,5% versus 23,9% no final do ano.

Mensagem do Diretor-Presidente

"Durante o ano de 2014 o Banco fortaleceu as suas atividades de Corporate e Investment Banking, com especial enfoque nas atividades geradoras de comissões, mas com contenção dos custos. O Banco está também a aumentar o seu Balanço de forma disciplinada. Foram dados passos substanciais para o Banco obter uma rentabilidade adequada com a esperada para uma instituição financeira Brasileira. A reestruturação da atividade de corretagem, com a parceria no *HomeBroker* e encerramento da atividade institucional, foi também um passo fundamental para atingirmos este objetivo."

Atividade e Estratégia

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") é controlado a 100% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, maior grupo bancário de Portugal com um Patrimônio Líquido de cerca de R\$ 20,9 bilhões e com presença em 23 países, dos quais 7 de língua oficial portuguesa.

O Banco desenvolve as suas operações no Brasil focando-se na atividade de Corporate & Investment Banking em alguns nichos selecionados e sem rede de agências, atendendo três segmentos de clientes: empresas, pessoas físicas e investidores institucionais.

Atendendo clientes em todo o Brasil, o Banco desenvolve seus negócios com três pilares de atuação:

- Fomentar a atividade *cross border* entre o Brasil e os países onde o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente, ou seja: i) fomentar a presença dos seus clientes internacionais no desenvolvimento ou implantação de suas atividades no Brasil, o maior país de língua oficial portuguesa; e ii) estender a seus clientes Brasileiros o apoio da rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para assessorar e financiar as atividades comerciais e de investimentos que eles tenham na Europa, África e China.

(milhões de reais) (1)

Grupo CGD	dezembro-13	dezembro-14
Patrimônio Líquido	21.542	20.952
Ativos Totais	366.248	323.190
Índice de Basileia	12,4%	12,6%
(2) Crédito a clientes (Líquido)/(3) Recursos de clientes	103,0%	94,0%

- Prover serviços financeiros aos setores relacionados à infraestrutura, principalmente os ligados às rodovias, energia, saneamento, portos e aeroportos, onde a Caixa Geral de Depósitos possui experiência e *track record* destacados na Península Ibérica e tendo já conquistado um lugar de destaque no mercado Brasileiro. Nos últimos 5 anos o Banco assessorou, estruturou ou financiou projetos de infraestruturas com valor superior a US\$ 10 bilhões.

(milhões de reais) (1)

BCG Brasil	dezembro-13	dezembro-14
Patrimônio Líquido	398	354
Ativos totais	1.215	1.505
Índice de Basileia	23,9%	19,5%
(2) Crédito a clientes (Líquido)/(3) Recursos de clientes	108%	104%

(1) Os valores foram convertidos para reais, utilizando a cotação de R\$ 3,227 para 1 Euro, do dia 31 de Dezembro de 2014.

(2) Inclui Operações de Crédito, Outros Créditos, Cessão, TVM (Títulos de Crédito Privado) - Debêntures e Notas Promissórias.

(3) Inclui Saldo em Conta Corrente, CDB, CDI, LCA, LCI e Letras Financeiras.

• Apoiar empresas Brasileiras onde a dimensão e as áreas de atuação do BCG-Brasil possam acrescentar valor no desenvolvimento das suas atividades.

Áreas de Negócios	Produtos
Corporate Banking	- Financiamentos e Empréstimos em moeda local e moeda estrangeira - incluindo os de comércio exterior - Desconto de Recebíveis - Garantias - Repasse do BNDES e BNB
Investment Banking	- Financiamento de Projetos - Fusões e Aquisições - Financiamentos Estruturados - Operações de Mercado de Capitais (Dívida e Ações)
Tesouraria	- Derivativos - Câmbio Spot
Pessoas Físicas e Investidores Institucionais	- Titulos BCG Brasil (CDB, Letra Financeira, LCI, LCA e DPGE II) - Distribuição de Valores Mobiliários Estruturados pelo BCG Brasil (Debêntures, CRI, FIDCS,...) - Câmbio Spot

Contexto Econômico - 2014

Economia Brasileira

O ano de 2014 foi marcado pelas eleições presidenciais, tendo como resultado a reeleição da Presidente Dilma. A incerteza quanto ao resultado das eleições levou a maior cautela nas decisões dos principais agentes econômicos.

O cenário macroeconômico Brasileiro continuou apresentando deterioração durante o ano de 2014. O atual modelo de desenvolvimento econômico apresenta sinais de esgotamento e o PIB do ano deverá ter registrado crescimento próximo de zero.

A inflação segue pressionada, em especial a inflação de serviços, que embora tenha desacelerado, ainda se encontra na casa dos 8% anuais. O índice IPCA registrou alta de 6,41% nos últimos 12 meses findos em Dezembro, com ajuda de uma política de controle de preços administrados. O Banco Central deu seguimento ao ciclo de elevação de SELIC, que terminou o ano em 11,75%.

O Real apresentou uma desvalorização de 11% face ao dólar, apesar do programa de intervenção do Banco Central, que acumula um volume de venda de cerca de 100 bilhões de dólares. O Ibovespa terminou o ano com uma desvalorização de apenas 3%, apesar da intensa volatilidade verificada durante o ano em decorrência do processo eleitoral.

Já no final de 2014, notícias relacionadas com casos de corrupção envolvendo empresas de controle estatal e grandes conglomerados empresariais brasileiros adicionaram maior incerteza ao cenário prospectivo.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade econômica registrou em 2014 um crescimento positivo, o primeiro em 4 anos. Esta evolução positiva deve-se, principalmente, ao comportamento da demanda interna.

No mercado de trabalho, os três primeiros trimestres voltaram a trazer notícias positivas. A taxa de desemprego recuou para 13,1%, o que se traduz num decréscimo de 2,9 pontos percentuais comparado com igual período de 2013. O valor da taxa fixou-se, desta forma, no valor mais baixo dos últimos 4 anos.

Vale assinalar, ter-se verificado no final do 1º semestre a bem sucedida conclusão do programa de assistência econômica e financeira ao país sem que tenha sido considerado necessário qualquer pacote de natureza cautelar para eventual apoio externo à economia. Desta forma o risco percebido pelos mercados financeiros da economia Portuguesa caiu para os níveis observados antes do início da crise dos ditos mercados europeus periféricos em 2010/2011.

Contribuindo para a redução de risco também, houve em Novembro o início da supervisão do BCE sobre os grandes Bancos da zona do Euro, dentre eles a CGD.

TAXAS DE JUROS DA DÍVIDA PORTUGUESA



Fonte: Bloomberg

Desempenho - 2014

Ativos - Carteira de Crédito

Para o BCG-Brasil, o exercício de 2014 foi marcado por um crescimento das operações de crédito (28% de aumento), que passaram de R\$ 566,6 milhões em Dezembro de 2013, para R\$ 726,3 milhões em Dezembro de 2014.

A carteira total de crédito, que inclui títulos de crédito privado e garantias, também teve crescimento no período (20%), passando de R\$ 1.257,2 milhões em Dezembro de 2013, para R\$ 1.508,8 milhões em Dezembro de 2014, resultante do amadurecimento das relações comerciais com a atual base de clientes, e também da conquista de novos clientes. Ressaltamos que o BCG-Brasil, desde o início de suas atividades em 2009, não apresenta inadimplência em sua carteira de crédito. Em Dezembro de 2014, a Administração do Banco decidiu pela constituição de uma provisão prudencial de crédito para fazer face aos possíveis impactos que possam ocorrer face ao cenário econômico atual e especificamente a empresas envolvidas na chamada operação "lava jato".

Carteira de Crédito Bruto - "Incluindo Garantias" (R\$ mil)	dezembro-13	dezembro-14	Δ %	Δ Montante
Operações de Crédito	552.161	720.172	30%	168.012
Outros Créditos - Cessões	14.419	6.098	-58%	(8.322)
TVM (Títulos de Créditos Privados) - Debêntures	91.898	169.539	84%	77.641
Garantias, Fianças e Avals	598.689	612.944	2%	14.255
Total Carteira de Crédito Bruta	1.257.167	1.508.753	20%	251.586
Provisões de Créditos (R\$ mil)	dezembro-13	dezembro-14	Δ %	Δ Montante
Provisões para Crédito de liquidação duvidosa	5.624	16.803	199%	11.179
Provisões para Outros Créditos de liquidação duvidosa	282	77	-73%	(204)
Provisão para risco de créditos de garantias e fianças prestadas	2.734	2.358	-14%	(375)
Total	8.640	19.238	123%	10.600

Captação de Recursos

O Banco vem crescendo consistentemente sua Captação de Recursos de Terceiros, tendo encerrado o exercício de 2014 com R\$ 1.064 milhões, o que representou um crescimento de 35% quando comparado com os R\$ 789 milhões de Dezembro de 2013.

A melhoria da conjuntura econômica Portuguesa teve um impacto positivo no aumento dos Recursos de Clientes do Banco, que cresceram 31% quando comparados com Dezembro de 2013 (R\$ 677,5 milhões em Dezembro de 2014 versus R\$ 517,4 milhões em Dezembro de 2013).

Assim, o indicador de Empréstimos a Clientes por Recursos de Clientes observou uma melhoria, passando de 108% em Dezembro de 2013 para 104% em Dezembro de 2014, diminuindo a dependência das captações de mercado para o financiamento da atividade corrente de crédito do Banco.

Desta forma, o Caixa Livre do Banco em 31 de Dezembro de 2014 era R\$ 742 milhões. Adicionalmente, o Banco tinha linhas não utilizadas, (incluindo linhas junto do Grupo CGD) de aproximadamente R\$ 959 milhões. Ou seja, o Banco tinha um excedente de Liquidez no Balanço e Fora do Balanço de cerca R\$ 1,3 bilhão, 367% do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2014.

Considerando o excesso de Liquidez, o Banco irá prosseguir no esforço de alongamento do prazo de captação bem como redução do seu custo de captação.

O Banco assinou com o International Finance Corporation - IFC um financiamento de longo prazo que impulsionará a estratégia comercial do Banco de apoiar projetos nos setores de energias renováveis, eficiência energética, eficiência no uso de recursos hídricos e redução de emissão de CO₂.

O financiamento obtido junto ao IFC no montante de R\$ 67 milhões e com prazo final de 5 anos, permitirá ao Banco Caixa Geral - Brasil ampliar a oferta de linhas de crédito mais longas, a custos competitivos e representa uma demonstração de confiança do IFC no modelo de negócios e na Governança Corporativa do Banco.

Carteira de Captação de Recursos de Terceiros (R\$ mil)	dezembro-13	dezembro-14	Δ %	Δ Montante
Repasse BNDES	20.239	20.755	3%	516
CDB	358.291	304.731	-15%	(53.560)
CDI	134.454	288.077	114%	153.623
Empréstimo no Exterior	107.384	237.891	122%	130.507
IFC	—	67.362	0%	67.362
Letra Financeira	7.399	5.940	-20%	(1.459)
Saldo Conta Corrente	5.589	8.769	57%	3.180
Captações no Mercado Aberto	138.757	55.160	-60%	(83.597)
LCI	17.245	75.840	340%	58.595
Total	789.358	1.064.525	35%	275.167

Resultado do Banco (individual)

Destaca-se, no exercício de 2014, o resultado alcançado pelo Banco de R\$ 9,5 milhões, excluindo custos não recorrentes de reestruturação de R\$ 3,6 milhões, incorridos no 1º semestre de 2014. Este valor compara-se com um resultado positivo de R\$ 2,1 milhões no exercício de 2013.

Este resultado é justificado: a) pela evolução bastante positiva das Receitas da atividade bancária (Corporate & Investment Banking e Tesouraria) que, comparadas com o período homólogo de 2013, apresentaram um crescimento de 67%; e, b) pela contenção dos custos recorrentes (excluindo custos de reestruturação e remuneração variável) que cresceram 4,8%, versus o ano de 2013; abaixo da inflação de 6,4% em 2014.

Assim, o resultado antes de imposto no exercício foi positivo em R\$ 19,8 milhões (R\$ 23,4 milhões ajustado por custos de reestruturação). Este valor representa uma melhoria de R\$ 14,2 milhões quando comparado com o período homólogo de 2013 (ou R\$ 17,8 milhões quando ajustado pelos custos não recorrentes).

(milhões de reais)

Demonstrações do Resultado Gerencial	dezembro-13	dezembro-14	dezembro-14*	Δ %	Δ Montante
Receitas:	53,8	89,7	89,7	67%	35,9
Tesouraria	26,0	48,5	48,5	87%	22,5
Corporate e Investment Bank e outras	27,8	41,2	41,2	48%	13,4
Custos	(47,6)	(58,2)	(54,6)	15%	(7,0)
Custos Recorrentes	(45,8)	(48,0)	(48,0)	5%	(2,2)
Resultado Operacional com custos recorrentes	8,0	41,7	41,7	421%	33,7
Resultado Operacional	6,2	31,5	35,1	466%	28,9
Provisões	(0,6)	(11,7)	(11,7)	—	(11,1)
Resultado antes dos impostos	5,6	19,8	23,4	318%	17,8
Impostos diretos e indiretos	(3,5)	(12,4)	(13,9)	297%	(10,4)
Lucro (prejuízo) líquido	2,1	7,4	9,5	352%	7,4

(*) Ajustado com custos de reestruturação de R\$ 3,6 milhões do Banco.

Contribuição de Participadas (CGD Securities)

Desde Junho de 2012, o Banco detém 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, a qual opera sob a marca "CGD Securities". Outra entidade do Grupo CGD - o Caixa Banco de Investimento (Portugal) detém os restantes 50%. A aquisição teve como objetivos apoiar nossos clientes no acesso ao mercado de capitais não só no Brasil, mas também no exterior, e, também o de oferecer um canal exclusivo para entrada de investidores estrangeiros europeus no mercado de capitais Brasileiro.

Em Junho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. A iniciativa baseia-se em um acordo que unifica o atendimento aos clientes de ambas por meio de uma única plataforma.

Juntas, as empresas formam a segunda maior corretora independente de varejo do Brasil, com 90 mil clientes. O anúncio é fruto da estratégia de crescimento das companhias, colaborando com a consolidação do mercado.

No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de corretagem institucional no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora, que encerrou o exercício de 2014 com um resultado negativo de R\$ 24,3 milhões (versus um resultado negativo de R\$ 57,0 milhões no mesmo período em 2013).

Resultado Consolidado

Quando consolidada a equivalência patrimonial do seu Investimento correspondendo a 50% do capital da Corretora (CGD Investimentos) de - R\$ 12,2 milhões e, adicionada a despesa com amortização integral do ágio relativa a essa aquisição, no montante total de R\$ 36,2 milhões, o Resultado Consolidado do Banco Caixa Geral - Brasil para o exercício de 2014 foi de - R\$ 41,0 milhões, o que compara com - R\$ 29,1 milhões apurado no exercício de 2013.

Após a amortização integral do ágio, a posição de 50% do Banco na CGD Investimentos estava contabilizada no Balanço consolidado do Banco por um valor de R\$ 7,1 milhões em Dezembro de 2014 versus R\$ 55,6 milhões em Dezembro de 2013.

Excluindo a amortização integral do ágio o resultado consolidado do Banco em 2014 foi um prejuízo de R\$ 4,8 milhões versus um prejuízo de R\$ 29,1 milhões em 2013.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 354 milhões em Dezembro de 2014, comparado a R\$ 398 milhões em Dezembro de 2013.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia III considerando: i) risco de crédito; ii) risco de mercado; e iii) risco operacional. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil, composto pelo Banco e CGD Investimentos é de 19,5% versus 23,9% no final do ano anterior. Esta alteração é principalmente explicada pelo aumento da carteira de crédito em 20%. O Banco Caixa Geral - Brasil possui a base de capital adequada para dar livre curso ao crescimento dos seus ativos projetado para os próximos anos.

Visão de Médio Prazo

O Banco na execução da sua estratégia está: i) fortalecendo a sua interação com o Grupo Caixa Geral de Depósitos; ii) reforçando a sua equipe comercial; e, iii) aumentando a utilização do seu Balanço.

Com esta estratégia, o Banco pretende aumentar a rentabilidade do capital através do aumento das receitas financeiras bem como com o aumento das receitas provenientes de serviços financeiros. O Banco também analisará alternativas de investimento em negócios complementares que consumam pouco capital com o mesmo intuito de aumentar a remuneração dos seus capitais, aproximando esta remuneração para níveis em linha com o esperado para o setor bancário brasileiro.

Governança Corporativa

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos integrados por membros do Conselho de Administração, sendo o Comitê Técnico de Auditoria presidido por um dos membros independentes, o qual revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2014.

Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é realizada com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

Gestão de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos;
- Envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- Manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controlos Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

Agências de Rating

O Banco possui os seguintes ratings:

- Fitch Ratings desde 2011
- Rating Nacional de Longo Prazo A+ (bra)
- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)
- Rating de Suporte 3
- RiskBank também efetua análise e scoring do Banco desde 2010
- Classificado como “baixo risco no médio prazo”

Operações que Merecem Destaque

- Participação no processo de securitização de recebíveis para a **Companhia Paulista de Securitização - CPSEC**, que pertence ao Governo do Estado de São Paulo e coordenação de 2ª emissão de Debêntures em montante total de aproximadamente R\$ 6 bilhões.
- Assessoria financeira na captação de empréstimo ponte e fianças bancárias em modalidade Project Finance no valor de R\$ 760 milhões junto ao BNDES para **concessionária de rodovia**;
- Participação na estruturação do financiamento internacional de USD\$ 366 milhões e no *hedge* de taxas de juro à **Globenet**, a qual adquiriu a empresa de cabos submarinos da Oi/PT;
- Participação como coordenador da oferta de Aumento de Capital da **OI**;
- Estruturação do financiamento de R\$ 115 milhões, para um **projeto de produção de óleo de palma** no Estado do Pará e **com uma empresa portuguesa como principal acionista**;
- Participação no processo de estruturação e distribuição de cotas do **FIDC OMNI X**, no montante de aproximadamente R\$ 159 milhões;
- Estruturação de debêntures, no montante de R\$ 105 milhões, para a empresa de aviação **Azul Linhas Aéreas Brasileiras**;
- Financiamento bancário de R\$ 70 milhões para uma empresa Portuguesa para **reestruturação do passivo financeiro, ligado ao processo de venda de ativos no Brasil**;
- Participação de USD 20 milhões em 2 Operações de Pré-Pagamento de Exportações sindicalizadas e R\$ 10 milhões em Operação de Cédula de Crédito à Exportação sindicalizada para **empresas do Setor Agrícola (Grãos e Açúcar & Etanol)**;
- Coordenador Líder da estruturação e distribuição da primeira emissão de debêntures para a **Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito**, no montante de R\$ 50 milhões;
- Financiamento bancário de R\$ 37 milhões para a **aquisição de controle acionário de uma empresa Brasileira por parte de uma empresa Portuguesa**.

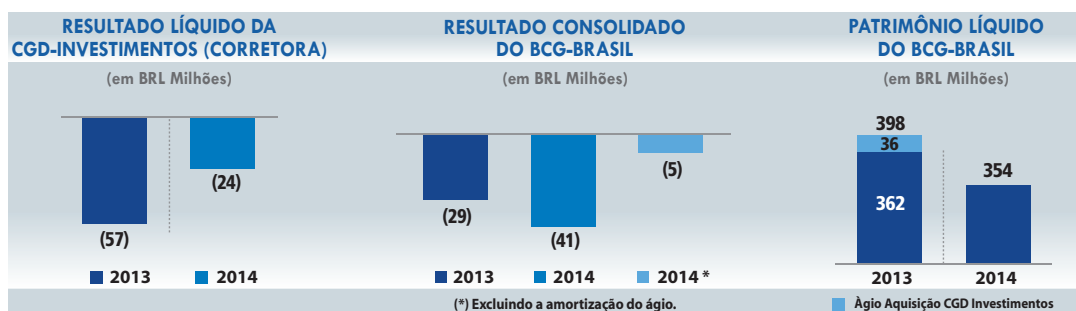
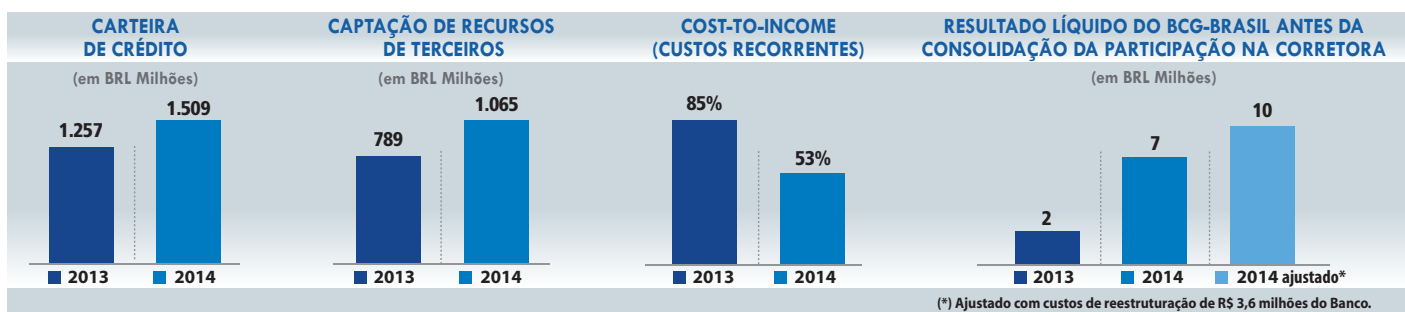
Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 80 colaboradores, um aumento de 20 colaboradores quando comparado ao mesmo período em 2013. O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco contava com 18 estagiários em Dezembro de 2014, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração



Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		620.455	658.440
Disponibilidades	4	15.953	3.431
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	182.345	261.721
Aplicações em operações compromissadas		155.593	259.572
Aplicações em depósitos interfinanceiros		26.752	2.149
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		191.270	205.882
Carteira própria	6.b	164.747	10.729
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	–	110.729
Vinculados à prestação de garantias	6.b	11.947	82.066
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	14.576	2.358
Relações Interfinanceiras		603	34
Créditos vinculados		90	34
Relações com correspondente		513	–
Operações de Crédito		209.102	145.142
Operações de crédito		209.102	145.142
Setor privado	9.c	211.699	147.518
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.597)	(2.376)
Outros Créditos		20.009	42.223
Carteira de câmbio	10	1.762	15.057
Rendas a receber	12	4.798	3.806
Negociação e intermediação de valores		–	1.857
Diversos	11	13.526	21.785
(–) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(77)	(282)
Outros Valores e Bens		1.173	7
Despesas antecipadas		1.173	7
Realizável a Longo Prazo		875.763	498.583
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		372.955	105.277
Carteira própria	6.b	129.868	52.946
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	55.173	28.723
Vinculados à prestação de garantias	6.b	154.573	1.586
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	33.341	22.022
Operações de Crédito		492.691	386.580
Operações de crédito		492.691	386.580
Setor privado	9.c	506.898	389.828
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.207)	(3.248)
Outros Créditos		10.117	6.726
Rendas a receber	12	–	208
Diversos	11	10.117	6.518
Permanente		8.930	57.818
Investimentos		7.182	55.589
Participação em controlada	13	7.182	55.589
Outros investimentos		2	2
Provisão para perdas		(2)	(2)
Imobilizado de Uso	14	1.286	1.499
Outras imobilizações de uso		2.353	2.347
Depreciações acumuladas		(1.067)	(848)
Diferido		142	268
Gastos de Organização e Expansão		1.653	1.653
Amortizações Acumuladas		(1.511)	(1.385)
Intangível	15	320	462
Outros ativos intangíveis		1.322	1.318
Amortizações acumuladas		(1.002)	(856)
Total do Ativo		1.505.148	1.214.841

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		728.733	643.194
Depósitos	16.a	448.089	359.272
Depósitos à vista		8.768	5.588
Depósitos interfinanceiros		288.077	134.454
Depósitos a prazo		151.244	219.230
Captações no Mercado Aberto	16.b	55.160	138.757
Carteira própria		55.160	138.757
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	68.306	12.485
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		64.246	9.396
Obrigações por emissão de letras financeiras		4.060	3.089
Relações Interdependências		102	392
Recursos em trânsito de terceiros		102	392
Obrigações por Empréstimos e Repasses		105.011	119.632
Repasse do país - Instituições oficiais	16.d	22	12.247
BNDES		–	10.953
Finame		22	1.294
Empréstimos no exterior	16.e	104.627	107.385
Empréstimos no país	16.f	362	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	12.953	4.266
Instrumentos financeiros derivativos		12.953	4.266
Outras Obrigações		39.112	8.390
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		331	8
Carteira de câmbio	10	19	40
Fiscais e previdenciárias	17.b	10.116	2.347
Negociação e intermediação de valores		16.755	32
Diversas	17.c	11.891	5.963
Exigível a Longo Prazo		420.153	172.388
Depósitos	16.a	153.487	139.061
Depósitos a prazo		153.487	139.061
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	13.474	12.159
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		11.593	7.849
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.881	4.310
Obrigações por Empréstimos e Repasses		220.997	7.992
Repasse do país - Instituições oficiais	16.d	20.733	7.992
BNDES		11.347	4.608
Finame		9.386	3.384
Empréstimos no exterior	16.e	133.264	–
Empréstimos no país	16.f	67.000	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	28.322	5.995
Instrumentos financeiros derivativos		28.322	5.995
Outras Obrigações		3.873	7.181
Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Fiscais e previdenciárias	17.b	1.344	3.984
Diversas	17.c	2.358	3.026
Resultado de Exercícios Futuros		2.070	1.422
Rendas antecipadas		2.070	1.422
Patrimônio Líquido		354.192	397.837
Capital social	20.a	400.000	400.000
De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Reservas de lucros		–	26.945
Ajuste ao valor de mercado - TVM		(2.656)	(7)
Prejuízos acumulados		(43.152)	(29.101)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.505.148	1.214.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Reserva de lucros Especial de Lucros	Expansão	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	400.000	1.978	–	24.967	–	–	426.945
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	(7)	–	(7)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(29.101)	(29.101)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	400.000	1.978	–	24.967	(7)	(29.101)	397.837
Destinação para constituição de reserva (nota 20.c)	–	–	24.967	(24.967)	–	–	–
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	(2.649)	–	(2.649)
Absorção de prejuízo com reservas (nota 20.c)	–	(1.978)	(24.967)	–	–	26.945	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(40.996)	(40.996)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	400.000	–	–	–	(2.656)	(43.152)	354.192
Saldos em 30 de Junho de 2014	400.000	–	–	–	–	(4.480)	395.520
Ajuste ao valor de mercado - TVM	–	–	–	–	(2.656)	–	(2.656)
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	–	(38.672)	(38.672)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	400.000	–	–	–	(2.656)	(43.152)	354.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	2014	2013
	Nota 2º Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira	116.586	171.844
Operações de crédito	45.894	81.506
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	40.704	67.976
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e 29.988	22.362
Despesas da Intermediação Financeira	(92.487)	(121.268)
Operações de captações no mercado	(48.933)	(80.797)
Operações de empréstimos e repasses	(1.860)	(4.091)
Resultado de operações de câmbio	(31.265)	(25.405)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e (10.429)	(10.975)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	24.099	50.576
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(59.891)	(84.549)
Receitas de prestação de serviços	24 18.525	27.182
Resultado de participação em controlada	13 (8.080)	(12.162)
Despesas de pessoal	(22.097)	(39.376)
Outras despesas administrativas	25 (45.225)	(55.751)
Despesas tributárias	26 (3.696)	(5.627)
Outras receitas (despesas) operacionais	27 682	1.185
Resultado Operacional	(35.792)	(33.973)
Resultado Não Operacional	-	(2)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(35.792)	(33.975)
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.a (2.880)	(7.021)
Provisão para imposto de renda	(6.570)	(8.091)
Provisão para contribuição social	(3.638)	(4.389)
Ativo fiscal diferido	7.328	5.459
Prejuízo Líquido do semestre/exercício	(38.672)	(40.996)
Prejuízo por ação no final do semestre/exercício (R\$)	(35,95)	(38,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - "em Liquidação Ordinária". Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento. O Grupo Caixa Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"), por meio dos seguintes eventos:

(a) A CGD Participações em Instituições Financeiras ("CGD Participações"), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no "Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações", celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC.

(b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações.

(c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC.

(d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações.

	2014	2013
	Nota 2º Semestre	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais		
Lucro líquido ajustado no semestre/exercício	8.185	14.105
Prejuízo líquido do semestre/exercício	(38.672)	(40.996)
Ajustes ao prejuízo líquido:	46.857	55.101
Amortização e baixa do ágio	25 34.939	36.245
Depreciações e amortizações	25 244	509
Resultado da participação em controlada (Reversão)/Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	13 8.080	12.162
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	27.b (276)	(376)
Provisão para impostos e contribuições diferidos	10.429	10.975
Provisão para desvalorização de títulos livres	(1.182)	(3.208)
Créditos tributários	769	769
Provisão para contingências fiscais	(6.146)	(2.251)
Reversão para contingências cíveis e trabalhistas	27.b 292	568
Variações dos Ativos e Obrigações	27.a (292)	(292)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(235.385)	(89.890)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(7.312)	(8.959)
(Aumento) em operações de crédito	101.687	
Redução em outros créditos	(208.011)	(225.471)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(81.089)	(181.252)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)	33.260	21.277
(Redução) aumento em depósitos	(1.154)	(1.165)
(Redução) aumento em Captação no mercado aberto	152	
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	1.614	(858)
Redução em outras obrigações	(112.396)	103.243
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	28.763	(83.597)
Aumento em resultados de exercícios futuros	(26.998)	
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades Operacionais	(14.265)	57.136
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	4.758	30.724
Aquisição de imobilizado de uso	119.277	198.385
Alienação de imobilizado de uso	1.170	647
Aplicações no diferido		773
Aplicações no intangível	(227.200)	(75.785)
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimentos	(75.785)	(295.778)
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	(227.234)	(75.813)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	(296.321)	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4 414.424	263.003
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	4 187.190	187.190
	(227.234)	(75.813)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(e) Conforme Ata de Assembleia Extraordinária de 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("CGD Investimentos").

(f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se a única acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital.

(g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações (nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil. Em julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos do Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo. No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de atacado no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Registro contábil e evidênciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- h) CPC 00 (R1) - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 13 de março de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda. Em 2014, a Administração do Banco avaliou os ativos intangíveis e decidiu pela baixa do ágio referente à participação no capital da CGD Investimentos (nota 13. b).

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação

São avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda

Contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

• Operações a termo

Pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;

• Operações de futuros

Os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;

• Operações de swaps

Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras;

• Opções

Os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

i) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

• Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada era amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificavam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classificava-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes condições:

(i) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada e era amortizado em consonância com o prazo estimado de verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de decorrido o prazo estimado de amortização;

(ii) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração indeterminada era mantido ativado até a verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação, perda ou extinção. Se, em qualquer oportunidade o valor contábil foram notoriamente superior ao valor de mercado, apurado por processo de avaliação ou pesquisa de mercado era constituída provisão para adequar o valor contábil ao valor de mercado.

• Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

• Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

**k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

• Ativos e passivos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Provisão para risco

São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

m) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

n) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	15.953	3.431
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	155.593	259.572
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	15.644	—
Total de caixa e equivalente de caixa	187.190	263.003

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2014			2013		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.644	11.108	26.752	—	2.149	2.149
Aplicações em operações compromissadas	155.593	—	155.593	259.572	—	259.572
Total	171.237	11.108	182.345	259.572	2.149	261.721

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2014			2013		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	25.700	14.986	40.686	19.040	4.890	23.930
Swap - diferencial a pagar	(22.102)	(18.159)	(40.261)	(7.595)	(1.639)	(9.234)
Total Swap	3.598	(3.173)	425	11.445	3.251	14.696
NDF - a receber	6.348	883	7.231	—	—	—
NDF - a pagar	(1.052)	38	(1.014)	(219)	(692)	(911)
Total NDF	5.296	921	6.217	(219)	(692)	(911)
Opções - prêmios e opções a exercer	—	—	—	537	(87)	450
Opções - prêmios e opções lançadas	—	—	—	(175)	59	(116)
Total opções	—	—	—	362	(28)	334
Total	8.894	(2.252)	6.642	11.588	2.531	14.119

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de Swap, Non Deliverables Forward - NDF, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**

	2014		2013	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	101.151	100.019	194.062	193.295
Notas do Tesouro Nacional - NTN	520	514	—	—
Títulos privados - renda variável	1.747	1.600	—	—
Total de títulos para negociação	103.418	102.133	194.062	193.295
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	1.759	1.759	1.586	1.586
Letras do Tesouro Nacional - LTN	220.790	216.332	—	—
Notas Promissórias	72.802	72.802	—	—
Debêntures	124.020	123.282	91.910	91.898
Total de títulos disponíveis para venda	419.371	414.175	93.496	93.484
Total de títulos e valores mobiliários	522.789	516.308	287.558	286.779

(*) Títulos bloqueados em garantia (nota 18.a)

b) Composição por prazo de vencimento

	2014		2013	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	48.814	48.592	29.322	29.290
De 1 a 3 anos	39.802	39.215	164.740	164.005
Acima de 3 anos	12.535	12.212	—	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 1 a 3 anos	520	514	—	—
Total de títulos públicos	101.671	100.533	194.062	193.295
Títulos privados - renda variável sem vencimento	1.747	1.600	—	—
Total de títulos para negociação	103.418	102.133	194.062	193.295
Títulos disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	1.759	1.759	1.586	1.586
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
Acima de 3 anos	220.790	216.332	—	—
Total de títulos públicos	222.549	218.091	1.586	1.586
Debêntures				
De 3 a 12 meses	—	—	10.229	10.229
De 1 a 3 anos	72.459	71.690	17.139	17.139
Acima de 3 anos	51.561	51.592	64.542	64.530
Notas Promissórias				
De 3 a 12 meses	72.802	72.802	—	—
Total de títulos privados	196.822	196.084	91.910	91.898
Total de títulos disponíveis para venda	419.371	414.175	93.496	93.484
Circulante (*)	177.979	176.694	204.291	203.524
Realizável a longo prazo	344.810	339.614	83.267	83.255
Total de títulos e valores mobiliários	522.789	516.308	287.558	286.779

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$ 318.624 (R\$ 194.881 em 2013) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 196.084 (R\$ 91.898 em 2013) estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados e os títulos privados - renda variável no montante de R\$ 1.600 na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas é obtido por meio de coletas dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBOVESPA. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 4.427 (R\$ 12 em 2013). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (2.656) em 2014 (R\$ (7) em 2013), líquidos dos efeitos tributários.

**b) Composição do valor de referência por vencimento**

	2014					2013				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	8.673	150.465	315.906	415.328	890.372	7.200	7.000	31.000	231.167	276.367
Swap - posição passiva	7.144	193.299	401.647	557.699	1.159.789	12.965	12.771	17.600	203.002	246.338
NDF - posição ativa	474.379	6.935	-	-	481.314	-	-	-	-	-
NDF - posição passiva	6.696	-	-	-	6.696	235.070	7.045	-	-	242.115
Opções a exercer	-	-	-	-	-	25.000	13.000	-	-	38.000
Opções lançadas	-	-	-	-	-	27.000	14.500	-	-	41.500
Futuros - posição comprada	497.576	160.984	180.979	25.359	864.898	427.475	208.919	29.514	-	665.908
Futuros - posição vendida	48.828	120.104	741.284	152.860	1.063.076	117.026	66.887	272.893	6.400	463.206
Total	<u>1.043.296</u>	<u>631.787</u>	<u>1.639.816</u>	<u>1.151.246</u>	<u>4.466.145</u>	<u>851.736</u>	<u>330.122</u>	<u>351.007</u>	<u>440.569</u>	<u>1.973.434</u>

c) Composição por indexador

	2014			2013		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap						
Posição ativa	40.686	-	890.372	23.930	-	276.367
Dólar x Libor	17.449	-	323.570	6.386	-	147.302
Euro BCE x CDI	8.306	-	22.875	12.755	-	32.025
IPCA x CDI	5.168	-	49.840	2.123	-	49.840
Pré x CDI	1.965	-	297.230	2.666	-	47.200
CDI x IPCA	9	-	500	-	-	-
CDI x LIBOR 1	279	-	6.500	-	-	-
CDI x Pré	1.017	-	46.127	-	-	-
LIBOR 1 x DÓLAR VEND	132	-	98.692	-	-	-
DÓLAR VEND x CDI	6.361	-	45.038	-	-	-
Posição passiva	-	(40.261)	1.159.789	-	(9.234)	246.338
Pré x CDI	-	(9.971)	554.603	-	(108)	5.700
CDI x Dólar	-	(11.887)	104.486	-	(208)	25.736
CDI x Euro	-	-	-	-	-	-
CDI x IPCA	-	(4.943)	50.000	-	(1.920)	50.000
CDI x Libor	-	-	-	-	(2.998)	8.800
Libor 1M x Dólar	-	(13.444)	433.314	-	(4.000)	156.102
CDI x Pré	-	(16)	17.386	-	-	-
Total de operações de Swap	40.686	(40.261)	2.050.161	23.930	(9.234)	522.705
Operações de NDF						
Posição ativa	7.231	-	481.314	-	-	-
Posição passiva	-	(1.014)	6.696	-	(911)	242.115
Total de operações de NDF	7.231	(1.014)	488.010	-	(911)	242.115
Opções de dólar - posição comprada	-	-	-	450	-	38.000
Opções de ações - posição vendida	-	-	-	-	(116)	41.500
Total de operações de Opções	-	-	-	450	(116)	79.500
Operações de Futuros						
Posição comprada	21	(14.949)	864.898	3.454	-	665.908
DDI	-	(4.526)	289.140	1.359	-	218.738
DI1	21	-	59.744	2	-	154.386
DOL	-	(10.423)	516.014	2.093	-	291.270
EUR	-	-	-	-	-	-
IND	-	-	-	-	-	1.514
Posição vendida	1.149	(1.343)	1.063.076	-	(1.597)	463.206
DDI	382	-	38.542	-	(948)	133.356
DI1	-	(1.331)	964.882	-	(222)	252.420
DOL	70	-	14.615	-	(23)	28.697
EUR	697	-	36.968	-	(403)	48.733
IND	-	-	-	-	(1)	-
JPY	-	-	-	-	-	-
T10	-	(12)	8.069	-	-	-
Total de operações de Futuros	1.170	(16.292)	1.927.974	3.454	(1.597)	1.129.114
Total	<u>49.087</u>	<u>(57.567)</u>	<u>4.466.145</u>	<u>27.834</u>	<u>(11.858)</u>	<u>1.973.434</u>

d) Valor de referência por local de negociação

	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2014	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2013
Operações de swap	1.105.762	944.399	2.050.161	49.740	472.965	522.705
Operações de NDF	-	488.010	488.010	-	242.115	242.115
Opções	-	-	-	79.500	-	79.500
Futuros - posição comprada	864.898	-	864.898	665.908	-	665.908
Futuros - posição vendida	1.063.076	-	1.063.076	463.206	-	463.206
Total	<u>3.033.736</u>	<u>1.432.409</u>	<u>4.466.145</u>	<u>1.258.354</u>	<u>715.080</u>	<u>1.973.434</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	2º semestre de 2014			Exercício de 2014			Exercício de 2013		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	69.929	(77.896)	(7.967)	116.156	(121.492)	(5.336)	117.193	(109.821)	7.372
NDF	37.023	(92.025)	(55.002)	70.580	(99.950)	(29.370)	6.563	(10.664)	(4.101)
Opções	4.504	(4.585)	(81)	37.274	(36.834)	440	19.862	(19.767)	95
Contrato de futuros	474.271	(381.233)	93.038	689.576	(632.948)	56.628	342.046	(344.025)	(1.979)
Total	<u>585.727</u>	<u>(555.739)</u>	<u>29.988</u>	<u>913.586</u>	<u>(891.224)</u>	<u>22.362</u>	<u>485.664</u>	<u>(484.277)</u>	<u>1.387</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tem a seguinte composição:



	2014	2013
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	164.761	82.066
Total	164.761	82.066

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 (R\$ 1.586 em 2013) vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros de DDI, com valor atualizado de R\$ 224.843 (R\$ 94.693 em 2013) e vencimentos que variam de janeiro de 2015 a outubro de 2018 (julho de 2014 a outubro de 2014), e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira, tendo sido registrados (perdas) ou ganhos no valor de R\$ 24.914 (R\$ 781 em 2013), os quais foram registrados diretamente no resultado. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 237.891 (R\$ 94.494 em 2013) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". A despesa gerada por estas captações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 24.863, sendo o ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado no valor de R\$ 3.042 (R\$ 776 em 2013). A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

• Valor em Risco (VaR - Value at Risk)

Medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;

• Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse)

técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&Fbovespa ou própria);

• Alerta de Stop Loss

Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;

• Sensibilidade (BPV)

Impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base ao ano nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2014, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 256.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados

os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcbgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estão assim apresentadas:

	2014	2013
a) Composição da carteira por modalidade de operação		
Capital de giro	697.801	517.064
Financiamento - Finae	9.422	4.703
Financiamento - BNDES	11.374	15.579
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	718.597	537.346
Outros créditos e títulos a receber (*)	6.098	14.419
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	1.575	14.816
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	726.270	566.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.804)	(5.624)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(77)	(282)
Total da provisão	(16.881)	(5.906)
Circulante	216.708	173.240
Realizável a longo prazo	492.681	387.435
(*) Em 31 de dezembro de 2014, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 6.098 (R\$ 14.419 em 2013) com vencimento final em fevereiro de 2015 (janeiro de 2014 e 2013) (nota 11).		
b) Composição da carteira por setor de atividade		
Sector Privado:		
Indústria	200.961	178.164
Comércio	110.625	116.819
Outros	414.684	271.598
Total	726.270	566.581

c) Composição da carteira por vencimento

	2014					2013
	A vencer					
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Capital de giro	31.814	62.189	92.760	24.924	486.114	697.801
Financiamento - Finae	22	—	—	—	9.400	9.422
Financiamento - BNDES	—	—	—	—	11.374	11.374
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	—	1.575	—	—	—	1.575
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	5.768	330	—	—	—	6.098
Total	37.604	64.094	92.760	24.924	506.888	726.270
						566.581

**d) Composição da carteira por nível de risco**

Nível	Faixa de provisão - %	2014		2013	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	63.485	-	64.702	-
A	0,50%	123.895	619	108.502	542
B	1,00%	456.855	13.801	320.971	3.219
C	3,00%	82.035	2.461	71.465	2.145
Total		726.270	16.881	565.640	5.906

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo no início do exercício	(5.906)	(4.267)
Provisão constituída	(11.215)	(1.933)
Reversão de provisão	240	294
Saldo ao final do exercício	(16.881)	(5.906)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 6.098. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 14.419. Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2014	2013
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	1.762	15.022
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	-	35
Total	1.762	15.057
Passivo:		
Obrigações por compras de câmbio	1.594	14.821
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(1.575)	(14.781)
Total	19	40

A carteira de câmbio, em 2014 e 2013, possui prazo de até 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2014	2013
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	6.098	14.419
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	13.641	9.612
Impostos e contribuições a compensar	2.152	3.083
Pagamentos a ressarcir	67	60
Adiantamento e antecipações salariais	169	101
Depósitos judiciais	1.296	917
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	85	53
Outros	135	58
Total	23.643	28.303
Circulante	13.526	21.785
Realizável a longo prazo	10.117	6.518

12. RENDAS A RECEBER

	2014	2013
Comissões por garantias prestadas a receber	1.496	989
Serviços prestados a receber de sociedades ligadas (nota 21.b)	113	110
Serviços prestados a receber (a)	1.857	1.725
Outras rendas a receber (b)	1.332	1.190
Total	4.798	4.014
Circulante	4.798	3.806
Realizável a longo prazo	-	208
(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.		
(b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.		

13. INVESTIMENTOS**(a) Participação em controlada**

	2014	2013
Dados da controlada	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Capital social	104.339	104.339
Patrimônio líquido	14.364	38.688
Prejuízo líquido no exercício para fins de equivalência patrimonial	(24.324)	(56.990)
Participação societária	50%	50%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	7.182	19.344
Ágio (*)	-	36.245
Total do investimento	7.182	55.589
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(12.162)	(28.495)

(*) Em 31 de dezembro de 2014, a Administração do Banco, ao avaliar o ágio referente à participação direta de 50% no capital social da CGD Investimentos, decidiu pela sua baixa por "impairment", no montante de R\$ 33.633, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.566/08.

(b) Movimentação dos investimentos

	2014	2013
CGD Investimentos	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Saldo inicial	55.589	86.696
Resultado da participação em controlada	(12.162)	(28.495)
Baixa de ágio (nota 25)	(33.633)	-
Amortização de ágio (i) (nota 25)	(2.612)	(2.612)
Saldo ao final do exercício	7.182	55.589

(i) Em 11 de junho de 2012, o Banco em comum acordo com a Caixa Banco de Investimento, S.A., únicos sócios da entidade CGD Participações, decidiram por subscrever 179.650.716 quotas, passando o capital social total para R\$ 180.954 (representado por 180.954.218 quotas), tendo como objetivo a aquisição dos 30% restantes do capital social da CGD Investimentos. Dessa forma, o Banco em conjunto

com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente detém os 50% do capital social, assumiram indiretamente 100% do capital social da CGD Investimentos. A tabela a seguir demonstra, em base definitiva, a alocação do preço de compra ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da efetiva transação:

	Valor justo na data da efetiva transação
Alocação do preço de compra	
Ativos tangíveis menos passivos (patrimônio líquido)	69.676
Ativos intangíveis:	
Licença	1.800
Sistemas/Softwares	700
Carteiras de clientes	28.000
Ágio - rentabilidade futura	79.474
Preço de compra	179.650

Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. A CGD Investimentos para fins da incorporação reversa pela adquirida CGD Participações teve o valor do seu patrimônio líquido reduzido, através de provisão integral da diferença entre o valor pago na aquisição em relação ao seu patrimônio líquido (ágio de rentabilidade futura) em 31 de outubro de 2012, no montante de R\$109.974, líquido do efeito tributário apurado sobre a parcela da diferença relativa ao ágio de rentabilidade futura, no montante de R\$31.790, sendo valor líquido de R\$78.584.

Ágio de rentabilidade futura	79.474
(-) Benefício fiscal registrado na Corretora (40% sobre o ágio de rentabilidade futura)	31.790
(+) Outros	400
(=) Ágio de rentabilidade futura a ser alocado entre os investidores	48.084

Ágio registrado no Grupo CGD

(50% Banco e 50% Caixa BI)	BCG Brasil	Caixa BI	Total
Licença	900	900	1.800
Sistemas/Softwares	350	350	700
Carteiras de clientes	14.000	14.000	28.000
Ágio - rentabilidade futura	24.042	24.042	48.084
Total	39.292	39.292	78.584

Desta forma, após a incorporação reversa, o ágio estava demonstrado como se segue:

Prazo meses	Custo	Valor amortizado Acumulado (*)	Saldo 2013	Valor 2013 (**)
Ativos intangíveis na incorporação:				
Licença - CVC	78	900	161	739
Sistemas/Softwares	60	350	82	268
Carteira de clientes	-	14.000	-	14.000
Ágio - rentabilidade futura	120	24.042	2.804	21.238
Total		39.292	3.047	36.245

(*) Amortização do ágio no período de Novembro de 2012 a Dezembro de 2013.

(**) A amortização do ágio no montante de R\$ 2.612, referente ao exercício findo de 2013, está registrada na rubrica "Outras despesas administrativas" (nota 25).

(c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment)

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment) era efetuado anualmente, considerando a Entidade investida como uma única unidade geradora de caixa, visto que esse era o nível mais baixo no qual o ágio era monitorado pela Administração. O valor recuperável era determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto de mercado. Em 2013, as projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseavam-se principalmente nos resultados líquidos esperados para o período. A Administração acreditava que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseava, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável. Em 2014, a Administração do Banco avaliou o ágio do Banco e, decidiu pela sua baixa integral em função da incerteza no cenário econômico e nas premissas-chave nas quais o estudo se basearia.

(d) Informações adicionais sobre o investimento em controlada

A Corretora encerrou o exercício de 2014 com um resultado negativo de R\$ 24.324, o que implicou em que o Banco registrasse no período equivalência patrimonial negativa de R\$ 12.162, correspondente à sua participação de 50%, à qual se adicionam os custos de amortização e da baixa do ágio decorrentes do processo de aquisição de R\$ 2.612 e R\$ 33.633, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Corretora, ao avaliar o crédito tributário, decidiu pela sua baixa, no montante de R\$ 47.015, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3059 - artigo 5º por entender que passou a não possuir histórico de lucros ou receitas tributários para fins de imposto de renda e contribuição social futuros projetados em estudo técnico, e que não realizou em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico. Como consequência, a Corretora encerrou o exercício de 2013 com um resultado negativo de R\$ 56.990, o que implicou em que o Banco registrasse no período equivalência patrimonial negativa de R\$ 28.495, correspondente à sua participação de 50%, à qual se adicionam os custos de amortização do ágio decorrente do processo de aquisição de R\$ 2.612. A CGD Investimentos possui contingências tributárias cujas perdas foram avaliadas pelos assessores legais como possível.

**14. IMOBILIZADO DE USO**

Está representado por:

Instalações, móveis e equipamento de uso
Comunicação
Processamento de dados
Veículos
Total

Taxa anual de depreciação	2014			2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
10%	1.789	(731)	1.058	1.518	(548)	970
10%	303	(137)	166	559	(115)	444
20%	259	(197)	62	237	(167)	70
20%	2	(2)	—	33	(18)	15
	<u>2.353</u>	<u>(1.067)</u>	<u>1.286</u>	<u>2.347</u>	<u>(848)</u>	<u>1.499</u>

15. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercícios com essa finalidade, como segue:

Taxa anual de amortização	2014			2013		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
20%	1.322	(1.002)	320	1.318	(856)	462

16. CAPTAÇÕES**a) Depósitos**

	2014		2013	
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Depósitos à vista	8.768	5.588	304.731	358.291
Depósitos a prazo				
De 1 a 90 dias	22.094	117.052	129.150	102.178
De 91 até 360 dias	153.487	139.061	288.077	134.454
Depósitos interfinanceiros				
De 1 a 90 dias	288.077	131.436	—	3.018
De 91 até 360 dias	—	—	601.576	498.333
Total de depósitos	448.089	359.272	153.487	139.061
Circulante				
Exigível a longo prazo				

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 587.677 (R\$ 489.287 em 2013), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 98% a 113,8% (de 99% a 113% em 2013). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 5.131 (R\$ 3.458 em 2013), apresentam taxas ao ano que variam de 9,19% a 14,79% (9,19% a 13,49% em 2013).

b) Captações no mercado aberto

	2014		2013	
	De 1 a 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	Total
Carteira própria	55.160	55.160	135.051	3.706
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	—	110.042	—
Debêntures	55.160	55.160	25.009	3.706
Total de captações no mercado aberto	55.160	55.160	135.051	3.706

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 73.953 (R\$ 18.086 em 2013) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 115,5% (95% a 114,5% em 2013). As letras financeiras e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 7.827 (R\$ 6.558 em 2013), apresentam taxas ao ano que variam de 10,19% a 15,10% (10,65% a 13,45% em 2013).

d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de FINAME nos montantes de R\$ 11.347 (R\$ 15.561 em 2013) e R\$ 9.408 (R\$ 4.678 em 2013), respectivamente, com prazo de vencimento de 2015 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

Representadas pelas captações em dólares com a Caixa Geral de Depósitos New York Branch, no montante em reais de R\$ 237.891 (USD 90.000), com vencimento até 2 de outubro de 2018. Estas operações foram objeto de "hedge", descritos na nota 7.g.

f) Obrigações por empréstimos no país

Representadas pela captação em reais com o International Finance Corporation - IFC, no montante de R\$67.362, com vencimento até junho de 2019.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Sociais e estatutárias**

	2014	2013
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	171	171

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	1.344	776
Impostos e contribuições a recolher	10.104	2.347
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	12	3.208
Total	11.460	6.331
Circulante	10.116	2.347
Exigível a longo prazo	1.344	3.984

c) Diversas

	2014	2013
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	38	37
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.358	2.734
Provisão para riscos cíveis (nota 18.b)	—	110
Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (nota 18.b)	—	182
Provisão para despesas de pessoal	9.648	4.658
Fornecedores a pagar	541	780
Outras	1.664	488
Total	14.249	8.989
Circulante	11.891	5.963
Exigível a longo prazo	2.358	3.026

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 612.944 (R\$ 598.689 em 2013), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.358 (R\$ 2.734 em 2013), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2014		2013	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	—	315.904	—	248.129	—
A	0,50%	199.939	1.000	266.041	1.330
B	1,00%	77.744	777	56.598	566
C	3,00%	19.357	581	27.921	838
Total		612.944	2.358	598.689	2.734

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financeiro Português, em "Liquidação Ordinária", para que assim pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos ocorridos no exercício de 2014, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reequilibrando os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c). Assim, o Banco, em 2014, possui provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 1.344. Em 2013, o Banco possuía provisões para contingências de natureza fiscal e cível, nos montantes de R\$ 776 e R\$ 292, respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas".

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processo judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante de R\$ 319 que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda está classificado como possível pelo advogado externo.

Descrição	2014		2013	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	1.272	1.272	704	704
Subtotal	1.272	1.272	704	704
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	—	1.759	—	1.586
IRPJ	72	—	72	—
Subtotal	72	1.759	72	1.586
Total	1.344	3.031	776	2.290

(i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013 e de 2014 no montante de R\$ 1.272, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.

(ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 (R\$ 1.586 em 2013). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.

**b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte**

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	1.921	110	182	2.213
Constituição (nota 27.b)	742	—	—	742
Pagamento	(209)	—	—	(209)
Baixa (nota 27.a)	(1.678)	—	—	(1.678)
Saldo em 31/12/2013	776	110	182	1.068
Saldo em 31/12/2013	776	110	182	1.068
Constituição (nota 27.b)	568	—	—	568
Baixa (nota 27.a)	—	(110)	(182)	(292)
Saldo em 31/12/2014	1.344	—	—	1.344

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é o seguinte

	2014				2013			
	Obrigações legais e contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Obrigações legais e contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas								
Prováveis	—	—	—	—	—	—	265	265
Possíveis	1.713	1.344	1.023	—	1.146	776	1.042	27
Remotas	740	—	—	—	740	—	2	—
Total	2.453	1.344	1.023	—	1.886	776	1.309	292
Quantidade	5		1		5		6	

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia lei nº 11.941/ 2009)

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, regulamentado pela portaria conjunta PGFN/RFB nº 07, de 15 de outubro de 2013, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
Imposto de operação				
Financieira	123	480	603	336
Contribuição Social	73	302	375	209

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados**

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro,			
líquido da participação no lucro	(35.792)	(33.975)	(29.734)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	14.317	13.590	11.894
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:			
Despesas com gratificações e benefícios	(244)	(1.164)	(694)
Reversão de provisões constituídas em exercícios anteriores (*)	—	—	128
Reversão de IR diferido	—	—	1.941
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.232)	(4.865)	(11.398)
Amortização do Ágio	(13.976)	(14.498)	(1.045)
Outros	255	(84)	(193)

Resultado de imposto de renda

e da contribuição social do semestre/exercício (2.880) (7.021) 633

(*) Referem-se, basicamente, às provisões para riscos cíveis e fiscais, referente ao Banco Financial Português (nota 18.c) que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido às exigências da Resolução CMN nº 3.535/08.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 13.641 (R\$ 9.612 em 2013), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	7.060	2.362
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	2.388	3.518
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.705	897
Provisão para contingências fiscais	537	310
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	943	1.093
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	—	1.302
Outras	8	130
Total	13.641	9.612

c) Composição de obrigações diferidas

	2014	2013
Ajustes de marcação a mercado de derivativos (*)	—	(3.208)
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	(12)	—
Total de obrigações diferidas	(12)	(3.208)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Constituição/ (realização)	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Provisão para contingências fiscais	310	227	537
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	897	1.808	2.705
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.093	(150)	943
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	2.362	4.698	7.060
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimo no exterior	3.514	(2.909)	605
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	4	1.779	1.783
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.302	(1.302)	—
Outras	130	(122)	8
Saldo de créditos tributários	9.612	4.029	13.641
Ajustes de marcação a mercado de futuros	(3.208)	3.208	—
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	—	(12)	(12)
Saldo de obrigações diferidas	(3.208)	3.196	(12)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	6.261	4.537	595	820	1.428	13.641
Obrigações diferidas	—	12	—	—	—	12

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 12.200 (R\$ 8.674 em 2013) e R\$ 11 (R\$ 2.888 em 2013), respectivamente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração da Administração**

O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de



curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável será calculada: (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente; (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta") (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 3.631 (R\$ 2.611 em 2013), considerando salários, encargos e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

		2014		2013	
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	539	–	1.106	–
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	–	1	–	1
Instrumentos financeiros derivativos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	67	(5.235)	204	–
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	85	–	53	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	15	–	13	–
Sucursal Grand Cayman	Ligada	98	–	97	–
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	8.147	(3.232)	79.018	(5.066)
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	–	(7)	(1)
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(5.858)	(364)	(5.590)	(485)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(25.885)	(3.187)	(50.203)	(6.084)
Administradores	Pessoal-chave	–	–	(914)	(97)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(2.573)	(280)	(100)	–
Administradores	Pessoal-chave	(340)	(20)	(584)	(1)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York (nota 16. e)	Ligada	(237.891)	(24.863)	(93.718)	(137)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	–	(171)	–
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(37)	–	(37)	–
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(1)	–	–	–
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	–	–	–	897
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	–	1.436	–	1.249
Caixa Banco de Investimento	Ligada	–	–	–	861
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	–	396	–	272
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	–	756	–	1.577
Outras receitas operacionais					
Caixa Banco de Investimento	Ligada	–	–	–	194

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto à Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 12 de dezembro de 2014 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2015.

22. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASELEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basileia

	2014	2013
Risco de crédito - PEPR	179.262	168.404
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	6.895	4.497
Risco Operacional - POPR	18.073	19.364
Patrimônio de referência exigido - PRE	204.230	192.265
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	361.102	416.899
Índice da Basileia (*)	19%	24%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,9% (11,0% em 2013).

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração deliberou sobre o reforço da provisão no montante de R\$ 6.602. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão assim representadas:

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	9.300	11.008	8.559
Rendas garantias prestadas	5.614	10.488	7.780
Outras	3.611	5.686	1.034
Total de receitas de prestação de serviços	18.525	27.182	17.373

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão assim representadas:

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	3.087	6.285	5.942
Aluguel	1.424	3.073	3.138
Serviços técnicos especializados	1.402	2.379	1.737
Depreciação e amortização (*)	35.183	36.754	3.292



	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços do sistema financeiro	968	1.876	1.721
Viagens	372	596	740
Publicações	229	446	329
Seguros	112	114	400
Manutenção e conservação de bens	181	358	362
Comunicação	342	699	566
Vigilância e segurança	148	298	309
Serviço de terceiros	244	440	334
Transportes	50	112	130
Água, energia e gás	70	139	113
Comissões pagas	563	590	3
Outras	850	1.592	1.201
Total	45.225	55.751	20.317

(*) Inclui amortização e baixa total do ágio no montante de R\$ 36.245 (R\$ 2.612 em 2013) (nota 13.b).

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão representadas por:

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	2.585	4.067	2.903
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	646	843	500
Despesas de contribuição ao PIS	420	661	472
Outras	45	56	15
Total de despesas tributárias	3.696	5.627	3.890

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	62	74	230
Variação monetária ativa	150	248	182
Rendas de títulos e créditos a receber	266	775	836
Descontos obtidos	12	117	27
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	292	292	1.678
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	276	376	–
Reversão de provisões operacionais	–	–	356
Tributos a compensar	–	–	542
Outros	2	149	325
Total	1.060	2.031	4.176

b) Outras despesas operacionais

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais (nota 18.b)	292	568	742
Devolução de comissão	6	181	57
Multas e juros	10	14	105
Variação monetária passiva	1	1	–
Adesão ao Refis (nota 18.d)	–	–	336
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	–	–	883
Outras despesas	69	82	206
Total	378	846	2.329
Outras receitas (despesas) operacionais	682	1.185	1.847

28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avals e fianças

Responsabilidade do Banco por avals, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2014	2013
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas	612.944	598.689

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de contribuição é de R\$ 244 (R\$ 232 em 2013) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 14.203 (R\$ 12.563 em 2013). E o período de cobertura se estende até julho de 2015.

d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 12 de dezembro de 2014, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.



A Diretoria



Controller: Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP223923/O-4



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 13 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador - CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.



Banco Caixa Geral - Brasil | Grupo Caixa Geral de Depósitos

Em São Paulo

Rua Joaquim Floriano, 960 - 17º andar
CEP 04534-004 São Paulo, SP | Brasil
Tel.: + 55 11 3509-9300 | + 55 11 3073-9300

www.bcgbrasil.com.br

Ouvidoria - Tel.: 0800 940 3810 | e-mail: ouvidoria@bcgbrasil.com.br